



XVI SEUR

As (des)territorialidades de infraestrutura urbana nas áreas rurais da Região Metropolitana de São Paulo

Denise de Camargo Marcelino, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar¹,

denisedcmarcelino@gmail.com

RESUMO

O estudo em questão buscou debater quais impactos a nível local são gerados nas áreas rurais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) considerando a extensão da rede de infraestrutura urbana associada a revalorização dessas áreas pelo turismo. A metodologia apoiou-se em leitura de bibliografia acerca da organização do espaço e da expansão do setor turístico em áreas rurais, complementando com dados de nível de atendimento em infraestruturas básicas, uso e ocupação do solo e atividades econômicas do pessoal ocupado. Como resultado temos uma hierarquia urbana na produção de fundos territoriais para usos futuros e criação de novas (des) territorialidades no avanço do setor terciário pelo turismo, revalorizando áreas e avultando a fragilidade socioambiental pelo desencontro de atendimento de infraestruturas urbanas e de criação de normas alheias às necessidades da realidade local, que podem ser contornadas a partir de ações integradas entre políticas locais e regionais.

Palavras-chave: Rede Urbana. Infraestrutura. Área Rural. Turismo.

1. Introdução

O seguinte artigo é resultado de uma pesquisa que foi realizada na disciplina Redes e Globalização do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela UFSCar, voltada a compreensão da urbanização e da qualidade das redes urbanas que se espraiam no território a fim de identificar os usos e intencionalidades presentes na infraestrutura urbana. Tomamos como delimitação espacial a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), principalmente referente as áreas rurais da região que compreendem a área de mananciais, que se inserem em uma nova dinâmica de revalorização do espaço pelo setor de comércio e turismo.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



Em um mundo globalizado, as ações se superpõem entre comandos vindos de agentes externos que repercutem no local, ao mesmo tempo em que ações não-hegemônicas coexistem em espaços que visam ser racionalizados através do caráter funcional-instrumental do espaço. As relações socioeconômicas estabelecidas na cidade de São Paulo enquanto região de influência regional afetam diretamente a parcela da rede urbana que os municípios adjacentes recebem, em conjunto ao crescimento do setor terciário em áreas não-urbanas.

Cabe a nós geógrafos resgatarmos um outro olhar para o espaço, ou ainda, pensar numa outra globalização conforme Santos (2011), que volte atenção para os “de baixo”, aos cocriadores de espacialidades não-hegemônicas e defender sua permanência nesses espaços – não somente uma permanência física, considerando que a imobilidade sem acesso a recursos básicos reflete um processo de desterritorialização –, numa apropriação desses territórios que possibilite sua existência concreta nesses espaços.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o impacto das redes urbanas em relação as áreas rurais de mananciais na revalorização do uso do espaço através da expansão do turismo, ao identificar a qualidade de ocupação nessas áreas pertencentes à RMSP na precarização da gestão de infraestruturas urbanas e quais contradições surgem na gestão territorial a nível local para população.

2. Metodologia

Nossa abordagem utilizou o método dialético para identificar os conflitos de interesse no uso e apropriação do espaço e o conceito de território – do lugar em rede –, ao considerar a interação da dimensão local/global na distribuição de infraestrutura urbana, delimitando como recorte espacial de análise comparativa a RMSP.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a urbanização e a revalorização do meio rural pelo turismo. Considerando o debate da produção espacial urbana utilizamos a abordagem de Santos (2009, 2011, 2012, 2017) e Carlos (2007), acerca da constituição territorial no Brasil e produção de territórios mencionamos Moraes (1994, 2005) e Haesbaert (2000, 2010), e para discutir sobre o papel da rede urbana, Raffestin (1993). Por fim, para debater as novas espacialidades que estão sendo criadas numa hierarquia urbana consideramos o estudo desenvolvido por Rodrigues (1999) sobre o turismo e o impacto ambiental, bem como as políticas de planejamento no turismo por Becker (1999).



Utilizamos dados quantitativos recolhidos pelo órgão *Informações dos Municípios Paulistas* (IMP) do Seade e do *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social* (IPVS) que abrange aspectos de vulnerabilidade social através de taxas médias de moradia, renda, ocupação e escolaridade, como dados do IBGE, acerca das áreas urbanizadas no Estado de São Paulo e da porcentagem de cobertura de serviços de infraestrutura urbana como saneamento básico e abastecimento de água. Sintetizando os dados quantitativos recolhidos, foram elaborados mapas temáticos, que, em sua leitura comparativa, traz uma visão de conjunto dos aspectos da influência regional da capital do Estado de São Paulo.

3. Desenvolvimento

De acordo com Raffestin (1993), o funcionamento em rede constitui uma ferramenta de controle verticalizado de territórios possibilitando novos usos para o capitalismo através de estratégias políticas e organizacionais, culminando na grande divisão internacional dos meios de produção, impactando diretamente a produção e consumo no/do espaço. “A existência das redes é inseparável da questão do poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço.” (SANTOS, 2017, p. 270).

Nesse sentido, uma cidade global como São Paulo, acentua o abrigo de agentes responsáveis pela organização do sistema urbano concentrando o comando político e econômico, na disposição de recursos e controle sobre a circulação e distribuição de capital, incluindo o processo de descentralização e produção de novas centralidades.

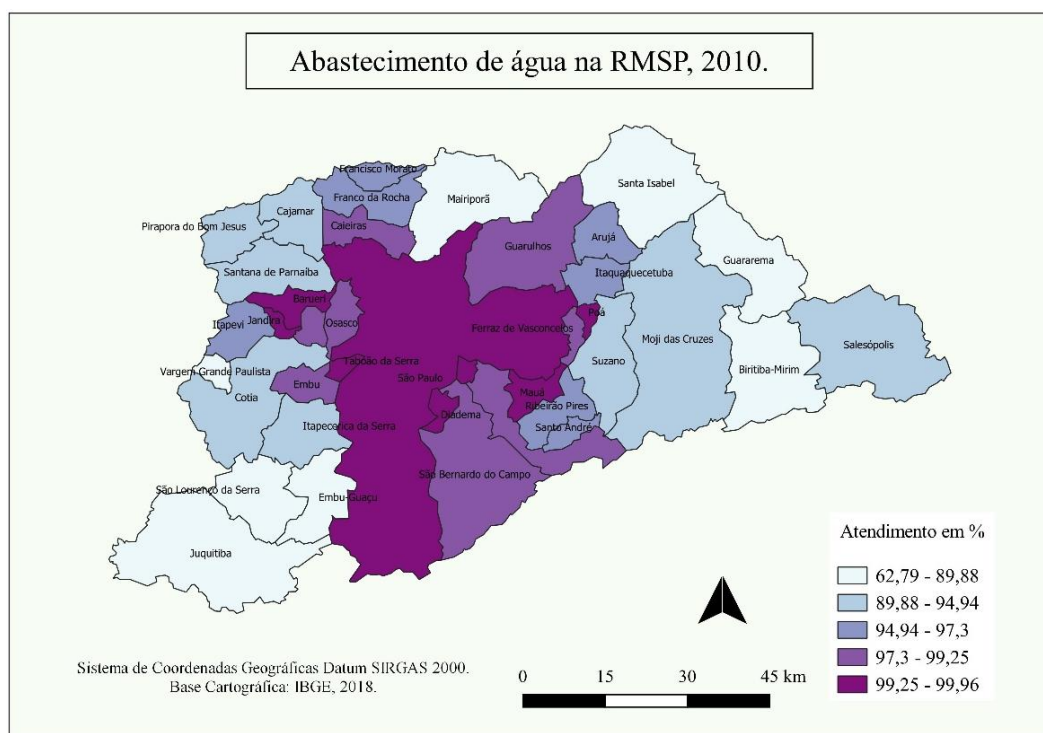
O processo de criação de novas centralidades repercute para as áreas adjacentes da metrópole: essa repartição seletiva de recursos implica na exclusão de grupos sociais de classe baixa. As redes que fornecem suporte a fluidez da circulação de informações, ordens e ideias consistem na produção de objetos e lugares que deixam de ser acessíveis a uma parcela da população, pois as redes não atingem a todos os lugares de forma igualitária, como aponta Santos (2011), sendo as redes urbanas, em sua essência, portadoras das ações hegemônicas.

Em estudos voltados a urbanização da metrópole de São Paulo, Santos (2009) destaca um aumento das áreas metropolitanas nos anos 80 em áreas periféricas, na sua maioria desprovida de serviços urbanos para a manutenção da força de trabalho. Foram englobadas, áreas que a princípio não deveriam ser construídas para evitar a ocupação de área de proteção de mananciais, como ao sul e sudeste da Região Metropolitana.

A crescente ocupação das áreas de mananciais reflete um problema histórico de planejamento. Devido as terras em situações de vulnerabilidade ambiental serem mais baratas associada a uma pobreza crescente, aumentou significativamente os casos de irregularidade de ocupação em áreas de risco ambiental. O Estado enquanto promotor das infraestruturas urbanas e responsável pela gestão do uso do solo, não conseguiu impedir a ocupação de áreas ambientalmente frágeis e nem dotar esses espaços de infraestrutura urbana básica, que sanaria o problema da especulação das terras.

As despesas na RMSP são em sua grande maioria, voltadas a atender demandas estruturais em suas “áreas principais” em detrimento das áreas localizadas na periferia da metrópole. Por conseguinte, uma parcela significativa da população não é atendida em serviços básicos como o serviço de abastecimento de água (Figura 1) e tratamento de esgoto.

Figura 1 – Abastecimento de água na RMSP em %, 2010.



Fonte: IBGE (2010). Organizado pelo autor, 2020.

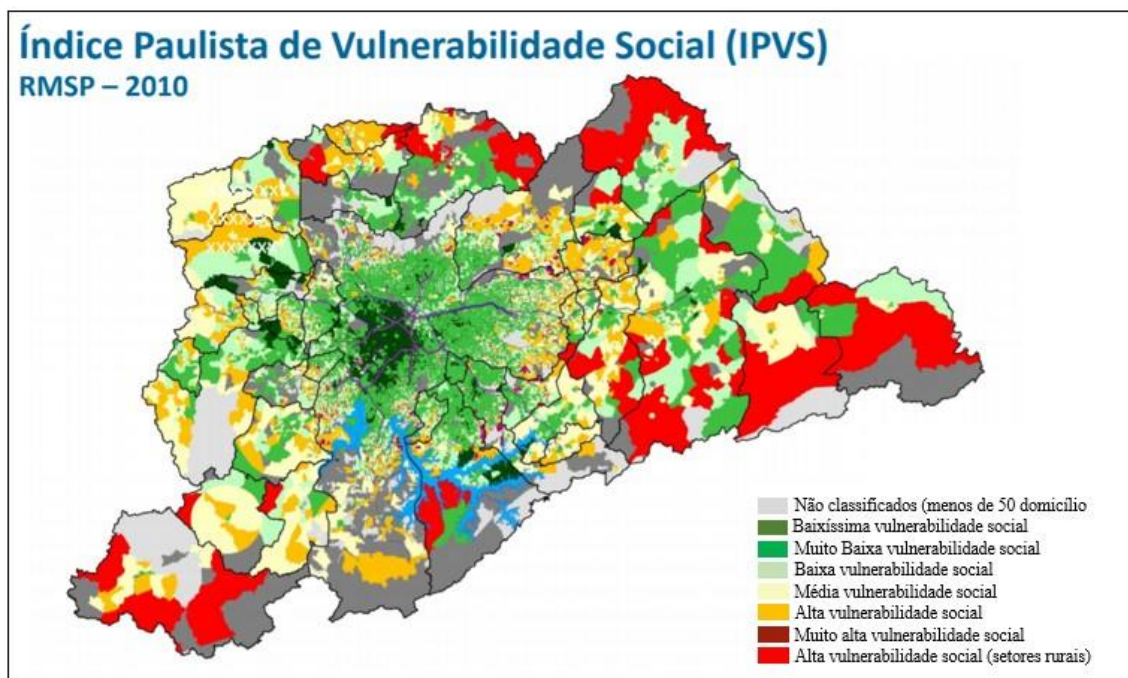
Outras intencionalidades se espalham para os locais de baixa densidade técnica de urbanização, como “alternativas econômicas”, capazes de determinar novas funções de uso dos espaços. O que se assiste é uma substituição das ocupações tradicionais nesses territórios,

em direção ao crescimento de subempregos que giram em torno do setor terciário em atividades econômicas provenientes do turismo na área de serviços e do comércio.

Ao discorrer sobre o processo da formação territorial do país, Moraes (2005) evidencia o papel do Estado na gestão do território: nas políticas de ordenamento, na criação de agências e normas investidas de ações conservacionistas, o Estado introduz uma revalorização da natureza e a manutenção de vastos fundos territoriais.

Nessa perspectiva, ao retratar sobre a produção do espaço urbano, Carlos (2007) descreve um processo de reestruturação dos lugares que culmina na expulsão da população local diante da mercantilização do espaço apoiado no discurso de uma “natureza intocada”. Dessa forma, cidades são reorganizadas para atender a um sistema de relações que se estendem para além da escala local de maneira desarticulada, revelando a funcionalidade desses espaços a venda. Quando não há um compromisso socialmente sustentável com o ambiente visitado, contribui-se para a existência de um turismo degradante em caráter ambiental e social (Figura 2).

Figura 2 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social por setores censitários na RMSP, 2010.



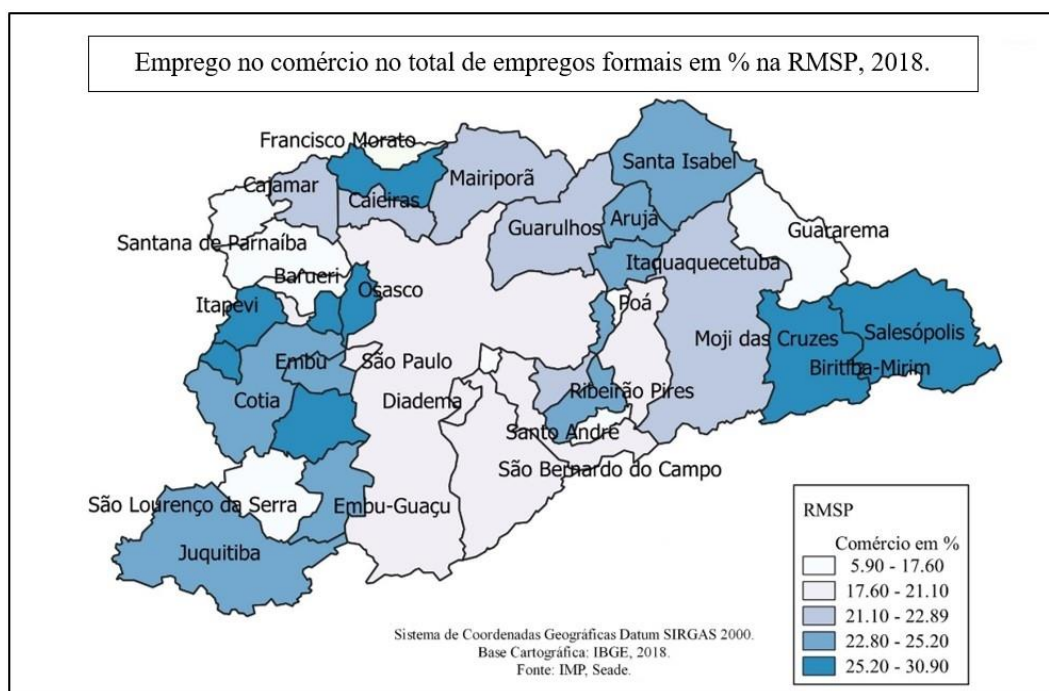
Fonte: Seade, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2XdJim6>. Acesso em: 18/04/2020.

Muitas vezes representadas como “vazios”, essas áreas são, sobretudo, áreas predominantemente rurais e de preservação ambiental. A revalorização do espaço pelo

mercado imobiliário coincidindo com a proximidade geográfica com a metrópole, revela uma concepção de território que esbarra em visões conflitantes sobre a gestão dessas áreas, através da representação de um ideal de natureza, negligenciando um planejamento urbano integrado.

A característica diferencial desses territórios, como a ruralidade e a presença de áreas verdes que é interessante a ser visto é reestruturada, adequando-a ao perfil do turista. “Altera-se tanto a ‘paisagem’ física como as relações sociais dos moradores da área que passam a gravitar em torno da indústria e da prestação de serviços” (RODRIGUES, 1999, p. 57). Essa sobreposição de territorialidades, são funções mais explícitas da conexão dos espaços em rede, remodelando as atividades econômicas nas adjacências da metrópole (Figura 3).

Figura 3 - Ocupação no setor de atividade do comércio na RMSP em 2018.



Fonte: Seade (2018). Organizado pelo autor, 2020.

A natureza e os espaços que a abrigam, passam a ser capital. “Capital de realização atual, ou de realização futura. Reserva de valores, em alguns casos, como as grandes reservas de natureza dos países subdesenvolvidos [...]” (BECKER, 1999, p. 183). O turismo concebido sem o real desenvolvimento social dessas áreas, apenas edifica sua posição conservacionista contraditória, visto que os agentes patrocinadores do turismo se beneficiam dessa atividade, na maioria das vezes, sem envolver a participação e o protagonismo da população local na conservação do ambiente.



Eis a perspectiva de desterritorialização: normativas se expandem sobre esses espaços rurais criando controvérsias com as territorialidades presentes. A escassez de infraestrutura urbana básica provoca a desterritorialização *in situ*, permitindo sua existência em condições precárias de habitação, saneamento e empregabilidade, como também contribui para a revalorização do espaço na produção de novas espacialidades excludentes, que, por sua vez, não garantem a permanência dos sujeitos em seu sítio de origem.

4. Conclusão

A reestruturação do capital com o advento da globalização, se espalhou para a organização do espaço, criando novas formas de gestão e consumo, como consequência, viu-se o crescimento do setor terciário se expandindo para as margens da cidade de São Paulo. Essa nova concepção de consumo do/no espaço, implicou na produção de novas territorialidades, muitas vezes avessas as realidades locais, de escasso diálogo e de trocas saudáveis em termos de políticas de desenvolvimento urbano e social.

A chegada de infraestrutura básica não acompanhou a procura por terrenos mais baratos para o habitar, avultando a vulnerabilidade de áreas ambientalmente protegidas, sem resolver o problema da escassez de terras. Diante desse impasse de questão fundiária, agora se destaca outro fenômeno: o retorno à natureza pelo lazer/turismo e fuga dos grandes centros e a produção de interditos urbanos pela seletividade do capital.

A concepção de lazer pago se estende para áreas “opacas”, com uma rede infindável de novos empreendimentos: hotelaria, pesqueiros, chácaras, subempregos, pacotes turísticos, com o objetivo de “desenvolver” essas áreas. Contudo, o que se assiste é o crescimento da vulnerabilidade ambiental e social já existente, com a criação de novos desafios em resguardar grupos historicamente estigmatizados que existem em áreas rurais e em áreas de proteção ambiental remanescentes do Estado de São Paulo.

Logo, é possível almejar o desenvolvimento urbano através do turismo em áreas rurais ao incluir a população local, capacitando-os para atuarem nessa nova dinâmica para tornar o processo de produção do espaço mais democrático possível e favorecer a permanência digna em seu local de origem, junto do fomento de infraestrutura urbana básica. Logo, a densidade comunicacional existente nesses espaços deve ser incentivada em modelos de autogestão, procurando alcançar uma troca justa entre o local/regional.



Referências

BECKER, B. Políticas de planejamento do turismo no Brasil. *In*: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 181-192.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur edições, 2007.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000. p. 165-205.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. *In*: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 55-62.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 9. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1 ed. 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o Caso de São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.